

O QUILOMBISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESASSUJEIÇÃO AO ENLACE ENTRE OS DISPOSITIVOS DE RACIALIDADE E SEXUALIDADE NO BRASIL

Wheber Mendes dos Santos¹
Acássia Anjos dos Santos Rosa²

Resumo

Este artigo propõe pensar juntos os conceitos de dispositivo da sexualidade e da racialidade presentes nas obras de Michel Foucault e Sueli Carneiro a sociedade brasileira, seguindo a proposta de Carneiro. A pesquisa examina as intersecções entre "História da Sexualidade I: A Vontade de Saber" e "Em Defesa da Sociedade" de Foucault, vinculando os conceitos de dispositivo, sexualidade, biopolítica e nação. Essa discussão é ampliada por meio da análise dos textos de Sueli Carneiro, incluindo "Dispositivo de Racialidade", "Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil" e "Escritos de uma vida". Nesse contexto, o Quilombismo, idealizado por Abdias Nascimento, é incorporado como uma resposta crítica e radical às estruturas hegemônicas de poder.

Palavras-chave: dispositivo; sexualidade; racialidade; biopolítica.

QUILOMBISMO AS A STRATEGY OF DISSUBJECTION TO THE LINK BETWEEN THE DEVICES OF RACIALITY AND SEXUALITY IN BRAZIL

Abstract

This article brings together the concepts of the dispositif of sexuality and raciality present in the works of Michel Foucault and Sueli Carneiro, examining their relevance to Brazilian society through Carneiro's framework. The research explores the intersections between Foucault's *The History of Sexuality I: The Will to Knowledge* and *Society Must Be Defended*, linking the concepts of dispositif, sexuality, biopolitics, and nation. This discussion is further enriched by analyzing Sueli Carneiro's texts, including *The Raciality Dispositif*, *Racism, Sexism, and Inequality in Brazil*, and *Writings of a Life*. Quilombismo, as envisioned by Abdias Nascimento, is incorporated as a critical and radical response to hegemonic power structures.

Keywords: dispositif; sexuality; raciality; biopolitics.

EL QUILOMBISMO COMO ESTRATEGIA DE DESASUJECCIÓN AL VÍNCULO ENTRE LOS DISPOSITIVOS DE RACIALIDAD Y SEXUALIDAD EN BRASIL

Resumen

Este artículo propone pensar conjuntamente los conceptos de dispositivo de la sexualidad y de la racialidad presentes en las obras de Michel Foucault y Sueli Carneiro en la sociedad brasileña, siguiendo la propuesta

¹ Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na linha de Sociedade, Subjetividades e Pensamento Educacional. Licenciado em História (UNEAL). Psicanalista membro do Sankofa Psicanálise. É membro do grupo de pesquisa Diálogos Interculturais e Linguísticos (DInterLin-UFS)

² Professora Adjunta de Língua Espanhola na UFS e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG), mestra em Letras e graduada em Letras Português/Espanhol (UFS). Integra o GT21 da ANPED - Educação e Relações Étnico-Raciais e é membra do grupo de pesquisa Diálogos Interculturais e Linguísticos

de Carneiro. La investigación examina las intersecciones entre "Historia de la sexualidad I: La voluntad de saber" y "Defender la sociedad" de Foucault, vinculando los conceptos de dispositivo, sexualidad, biopolítica y nación. Esta discusión se amplía mediante el análisis de los textos de Sueli Carneiro, incluyendo "Dispositivo de racialidad", "Racismo, sexismo y desigualdad en Brasil" y "Escritos de una vida". En este contexto, el Quilombismo, idealizado por Abdias Nascimento, se incorpora como una respuesta crítica y radical a las estructuras hegemónicas de poder.

INTRODUÇÃO

A análise das intersecções entre sexualidade e racialidade tem se tornado um campo fértil de investigação no contexto das ciências sociais e humanidades, especialmente quando abordado através das lentes de pensadores como Michel Foucault e Sueli Carneiro. Foucault, em sua obra "História da Sexualidade I: A Vontade de Saber", introduz o conceito de dispositivo como uma ferramenta para compreender as relações de poder que moldam a sexualidade em contextos históricos específicos. Ele articula a sexualidade como um campo de controle social, intimamente ligado às estruturas de biopoder que governam os corpos e a reprodução da população. Por outro lado, Sueli Carneiro expande essa discussão ao explorar as dimensões raciais do controle social em suas obras "Dispositivo de Racialidade" e "Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil". Através de sua análise crítica, Carneiro revela como as políticas de racialidade e as normatividades sociais interagem de maneira a perpetuar desigualdades históricas e estruturais.

Este artigo busca sintetizar e esquadriinar as discussões sobre o dispositivo da sexualidade e da racialidade, ressaltando as convergências e divergências entre as perspectivas de Foucault e Carneiro. A interligação entre os conceitos de sexualidade, biopolítica e nação se torna central para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais e culturais que moldam as experiências de sujeitos marginalizados. Assim, propomos um ensaio filosófico que visa contribuir pedagogicamente para o debate sobre as construções teóricas dessas autoras, buscando promover um diálogo que enriqueça o entendimento das políticas de controle social e das normatividades raciais e sexuais no Brasil contemporâneo. Tentamos, a partir dessas lentes, observar o quilombismo como um gaguejo do dispositivo da racialidade brasileiro.

Dessa maneira, realizamos uma pesquisa bibliográfica ponderando neste artigo uma forma de compreender um problema menor, antes de nos dedicarmos a continuar a

esmiuçar a nossa questão de pesquisa principal. A pesquisa em filosofia se dá pelo uso, contestação, indagação e emergência dos conceitos em diferentes contextos:

Ao contrário da ciência, ela não se apoia em experimentos ou na observação, mas apenas na reflexão. E, ao contrário da matemática, não dispõe de nenhum método formal de verificação. Ela se faz pela simples indagação e arguição, ensaiando ideias e imaginando possíveis argumentos contra elas, perguntando-nos até que ponto nossos conceitos de fato funcionam (Nargel, 2007, p. 2).

Seguiremos uma ordem de entendimento neste artigo-ensaio que consistirá em uma discussão inicial, explicando o conceito de dispositivo e seus usos pelas duas teóricas. Posteriormente, buscaremos o entrelace entre a produção de um dispositivo da sexualidade e, por conseguinte de racialidade e a analítica do quilombismo como proposta de desajuste desse enlace, propondo apontamentos parciais para futuros desenvolvimentos.

DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE SUJEIÇÃO/SUJEITOS: ENTRELACE ENTRE DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E DE RACIALIDADE

O filósofo Michel Foucault desenvolve o conceito de "dispositivo" de forma detalhada em *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, onde explica que ele estabelece uma conexão entre saber e poder. Ele afirma que a sexualidade, por exemplo, não é uma realidade oculta, mas uma "grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder" (Foucault, 2020, p. 100). Para ele, o dispositivo é um mecanismo histórico que regula práticas sociais e discursos, criando formas de controle sobre corpos.

O dispositivo, para Foucault, é uma rede heterogênea que inclui "discursos, instituições, arquiteturas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, proposições científicas, enunciados filosóficos, morais e filantrópicos" (Foucault, 1995, p. 244). Ele é uma formação estratégica que responde a uma urgência histórica, sendo moldado por demandas específicas. Não é atemporal nem universal, mas condicionado ao momento histórico em que emerge. O dispositivo age, portanto, como uma técnica de controle e regulação que articula saberes e poderes, desempenhando uma função dominante nas estratégias de controle social.

No contexto da sexualidade, Foucault descreve o dispositivo da sexualidade como um conjunto de práticas e discursos surgidos no final do século XVII para controlar a sexualidade

humana. Através desse dispositivo, as práticas sexuais são "investigadas, catalogadas, analisadas e reguladas, classificadas em normal e anormal", transformando-se em áreas de interesse científico e político (Foucault, 2020). Esse controle se dá pela delimitação do que é considerado aceitável ou desviante, trazendo a sexualidade para o campo de ação regulatória do poder.

Sueli Carneiro amplia essa concepção ao afirmar que a constituição de um dispositivo envolve a criação de elementos heterogêneos. Segundo ela, "ao se constituir, um dispositivo fica disponível para ser operacionalizado em diferentes circunstâncias e momentos, se autorreproduzindo mediante seu preenchimento estratégico" (Carneiro, 2023, p. 27). Esses elementos heterogêneos interagem de forma complexa, compondo um campo de ação que serve ao poder de controle. Para Carneiro, o dispositivo é fundamentalmente estratégico, operando de modo a atender demandas sociais específicas e reproduzindo-se ao longo do tempo.

O conceito de dispositivo também cria um "campo ontológico", no qual uma nova unidade surge, como a figura do "homem normal", que se define pela negação de sua oposição, o louco. Nos estudos de Foucault sobre a loucura, ele demonstra como a medicina e as ciências psiquiátricas criaram o conceito de "doente mental", que, por sua vez, possibilitou a definição do que se entende como "normal". Foucault afirma que "se o homem normal tiver que vir a público para dizer o que ele é, irá se afirmar pela negatividade: 'não sou doente mental'" (Foucault, 1978).

Essa dinâmica também pode ser observada no dispositivo da sexualidade. A emergência do "homem normal" está diretamente relacionada à formação da sociedade burguesa, que, com o triunfo das revoluções liberais, estabeleceu um padrão hegemônico de humanidade. A figura do homem branco, cisgênero, heteronormativo tornou-se a norma, enquanto corpos racializados, femininos ou não-heteronormativos foram classificados como desvios dessa norma. Carneiro sugere que, além do dispositivo da sexualidade, devemos considerar a emergência de um dispositivo da racialidade, no qual a cor da pele adquire um novo estatuto: "o processo de autoafirmação de classe foi acompanhado pela emergência ou operação do dispositivo de racialidade, no qual a cor da pele irá adquirir um novo estatuto" (Carneiro, 2023, p. 30).

Assim como a sexualidade foi normatizada, a racialidade também passou a ser tratada como um atributo biológico que legitima a dominação. Através desses dispositivos, loucura, sexualidade e raça foram naturalizadas como categorias biológicas individuais, mantendo o controle social sobre

corpos marginalizados e assegurando os projetos políticos e econômicos da burguesia. Segundo Foucault, "os dispositivos de poder e saber que operam em diversas esferas sociais" garantem o controle biopolítico desses corpos (Foucault, 2020).

Esses dispositivos biopolíticos produzem o "Outro", configurando corpos como politicamente dóceis e úteis para a sociedade. A racialidade e a sexualidade são dispositivos que operam para garantir a hegemonia do homem normal, o "Eu hegemônico", dentro da sociedade burguesa. Tanto Foucault quanto Carneiro destacam que esses dispositivos funcionam como propulsores da produção de práticas discursivas e não discursivas, normalizando corpos e controlando a diversidade: "o próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela a partir dele [...] e que o encarna na sociedade" (Veyne, 2011, p. 54).

Portanto, o dispositivo é um mecanismo que surge em resposta a uma urgência histórica e se organiza em torno de saberes e poderes que regulam corpos e comportamentos. Ele molda a sociedade e cria normas que favorecem a manutenção do poder dominante. Tanto no campo da sexualidade quanto no da racialidade, os dispositivos produzem efeitos duradouros, normalizando práticas e excluindo corpos que fogem à norma estabelecida. A racialidade, conforme discutida por Sueli Carneiro, amplia o entendimento foucaultiano, revelando como a construção da identidade racial segue padrões semelhantes ao dispositivo da sexualidade.

O dispositivo da sexualidade, conforme Foucault (2020), surge como uma articulação histórica complexa que molda e regula as práticas sexuais e os corpos na sociedade ocidental. Em sua obra "História da Sexualidade I: A Vontade de Saber", Foucault sugere que o poder não reprime a sexualidade, mas a produz, organizando discursos e práticas que instituem normas sobre o que pode ou não ser dito e feito a respeito do sexo. Através desse dispositivo, as relações de poder se manifestam de maneira capilarizada, estruturando o corpo social a partir da sexualidade.

Sueli Carneiro (2023) complementa essa análise ao destacar que o dispositivo da sexualidade, além de controlar corpos femininos no contexto da modernidade burguesa, engendra mecanismos que ultrapassam a heterossexualidade normativa. Para Carneiro, "o controle da sexualidade está relacionado à demarcação de uma identidade para a classe burguesa e seu projeto político" (Carneiro, 2023, p. 29). A autora expande o conceito de Foucault, ao enfatizar que o dispositivo opera, sobretudo, na construção de identidades e normas para os corpos que não pertencem ao sujeito heterocisgênero.

Foucault (2020) também revela como as sociedades modernas, por meio de disciplinas como a medicina, a psiquiatria e a pedagogia, produziram uma "ciência do sexo" que, ao longo do

século XIX, patologizou comportamentos considerados anormais. Esta normatização foi acompanhada por um processo de exclusão de corpos que não se adequavam ao modelo hegemônico burguês. Nesse sentido, o dispositivo da sexualidade não apenas regula o sexo, mas também estabelece regimes de verdade, os quais determinam quem é legítimo ou ilegítimo dentro de uma dada sociedade (FOUCAULT, 2012).

Carneiro propõe um avanço nesta discussão ao sugerir a existência de um "dispositivo de racialidade", que opera de maneira similar ao dispositivo de sexualidade, mas com foco nas hierarquias raciais. Segundo Carneiro (2023, p. 30), a burguesia não só consolidou seu poder com base na sexualidade, mas também na racialidade, criando um "heterogênero" que marginaliza os corpos racializados. Ao integrar os conceitos de Foucault, ela afirma que o dispositivo de racialidade foi essencial para a formação da identidade branca hegemônica, destacando como as práticas coloniais e a escravização foram fundamentais para a manutenção da hierarquia racial.

Dessa forma, o dispositivo de racialidade se entrelaça com o da sexualidade, reforçando a exclusão de corpos não normativos, seja pela cor da pele ou pelas práticas sexuais consideradas desviantes. Essa intersecção evidencia que a dominação burguesa se alicerça tanto na sexualidade quanto na racialidade, utilizando ambas as formas de controle como ferramentas de poder e exclusão. Como Carneiro ressalta: "haveria um não dito na formulação de Foucault: a imbricação do dispositivo de sexualidade com o de racialidade" (CARNEIRO, 2023, p. 30).

Essa leitura amplia as reflexões de Foucault sobre o biopoder, demonstrando como o controle da vida não se dá apenas por meio da normatização dos corpos individuais, mas também pela racialização da população, estabelecendo quem deve viver e quem pode ser exposto à morte. Assim, o dispositivo de racialidade emerge como um aspecto central na governamentalidade moderna, operando de forma complementar ao dispositivo da sexualidade para garantir a hegemonia burguesa e a manutenção de hierarquias de poder racial e sexual.

PENSANDO O EMARANHADO DE LINHAS QUE TECEM SUJEITOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

As controversas primeiras décadas do século XX foram fundamentais para o estabelecimento de um dispositivo de sexualidade especificamente brasileiro, caracterizado por uma forte influência do biopoder e do racismo, que se manifestava tanto em termos étnicos quanto na categorização do que se considerava "anormal". Esse período foi marcado por uma

lógica higienista que perpassava as políticas de saúde pública e educação, refletindo os anseios de controle social sobre os corpos e a reprodução da população. O biopoder (Carneiro, 2011), conceito foucaultiano que se refere ao controle estatal sobre a vida e a organização social dos corpos, se desdobrava de forma explícita nas medidas adotadas pelo governo, reforçando uma estrutura de poder que se sustentava na regulamentação da sexualidade e na definição de papéis sociais rígidos.

Entre as ferramentas mais eficazes para a implementação dessas políticas estava a promoção do casamento como uma instituição reguladora da sexualidade. De acordo com os manuais populares amplamente distribuídos por setores de saúde e educação no início do século XX, como os "Manuais de Casamento", o controle da sexualidade e da reprodução deveria ser alcançado por meio da união formal entre homem e mulher (PRIORE, 2017). Esses manuais não apenas orientavam a população sobre questões práticas e morais relativas ao matrimônio, mas consolidavam o casamento como o principal instrumento para a normatização das relações sexuais e para o controle reprodutivo. O casamento, assim, não era apenas uma instituição social, mas um dispositivo político, que visava regular a vida sexual e assegurar a reprodução "ordenada" da sociedade, de acordo com os padrões higienistas e raciais da época.

Durante o governo Vargas, essa lógica de controle ganhou ainda mais força com a criação de grandes campanhas publicitárias e políticas públicas que visavam combater o que era considerado "libertinagem". Essas campanhas tinham como objetivo disciplinar os comportamentos sexuais, promovendo o casamento como o único caminho legítimo para a realização da sexualidade e da reprodução. Nesse contexto, a figura da mulher foi ressignificada, e a ela foi atribuída uma função central na perpetuação dessas normas. A mulher passou a ser vista como a guardiã do lar e a "grande mãe", papel que lhe conferia o protagonismo na construção da família, mas que ao mesmo tempo a confinava a uma função limitada e controlada. Essa imagem da "grande mãe" foi construída para reforçar as políticas sexuais do governo, que buscavam incentivar o casamento e, por consequência, a reprodução, em conformidade com os interesses do Estado.

As políticas sexuais varguistas não apenas moldaram os comportamentos individuais, mas também contribuíram para a formação de uma cultura nacional centrada na ideia de que a família nuclear heterossexual era o alicerce da nação. Assim, a sexualidade foi disciplinada de acordo com um projeto de Estado que visava tanto o crescimento populacional quanto o aprimoramento racial, em consonância com as diretrizes

eugênicas e higienistas que permeavam o discurso oficial da época.

A biopolítica varguista tinha como uma de suas principais finalidades preencher o grande vazio demográfico que caracterizava o Brasil durante o Estado Novo, uma lacuna que o governo enxergava como uma barreira para o desenvolvimento e a consolidação do país enquanto potência. Para tanto, buscava-se não apenas o aumento da população, mas a sua "qualificação" de acordo com os parâmetros raciais e higiênicos vigentes à época (Priore, 2017). Nesse sentido, o casamento e a reprodução tornaram-se instrumentos centrais na formulação das políticas de Estado, sendo vistos como mecanismos eficazes para a promoção de uma ordem social disciplinada e de uma raça "forte" e saudável, de acordo com os ideais eugênicos que permeavam o discurso político.

Para garantir a eficácia desse projeto, o governo investiu fortemente em campanhas públicas que incentivavam o casamento e a reprodução, elevando essas práticas a um patamar de dever cívico e religioso. A aliança entre o Estado e a Igreja Católica foi crucial nesse processo, consolidando o casamento como uma instituição não apenas legitimada, mas sacralizada tanto no campo político quanto religioso. Essa instituição passou a ser vista como a forma higiênica e moralmente aceitável de regular a sexualidade e garantir a reprodução, descartando qualquer prática ou prazer que fugisse da norma estabelecida pela economia discursiva do dispositivo de sexualidade brasileiro.

Dentro desse viés, o governo Vargas promulgou diversas iniciativas que reforçavam a importância do casamento e da reprodução para o projeto de nação. Um exemplo marcante dessa política foi a criação de campanhas comemorativas e a institucionalização de datas que promoviam os valores familiares e o papel central da mulher como mãe. O decreto que estabeleceu o segundo domingo de maio como o "Dia das Mães" é uma ilustração clara dessa estratégia. Essa celebração, aparentemente inofensiva e sentimental, carregava em seu bojo uma forte mensagem política: a exaltação da maternidade como a função primordial da mulher e a reafirmação do casamento como o único caminho legítimo para a reprodução e a manutenção da ordem social. A criação do Dia das Mães inseria-se, portanto, dentro de uma lógica biopolítica que visava estimular a reprodução, ao mesmo tempo em que reforçava os papéis de gênero tradicionalmente estabelecidos, garantindo a continuidade do projeto higienista e populacional que orientava as políticas varguistas:

Art. 1º O segundo domingo de maio é consagrado às mães, em comemoração aos sentimentos e virtudes que o amor materno concorre para despertar e desenvolver no coração humano,

O QUILOMBISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESASSUJEIÇÃO AO ENLACE ENTRE OS DISPOSITIVOS DE RACIALIDADE E SEXUALIDADE NO BRASIL

contribuindo para seu aperfeiçoamento no sentido da bondade e solidariedade humana.. Decreto de 5 de maio de 1932.

Além da criação do "Dia das Mães", outras intervenções do governo durante a Era Vargas tiveram como objetivo moldar e regular o comportamento íntimo dos casais brasileiros, refletindo os ideais de uma sociedade organizada segundo os princípios de pureza racial, moralidade e controle biopolítico. Entre essas medidas, destaca-se a criminalização do casamento consanguíneo, que passou a ser visto como uma ameaça à saúde e à "pureza" da raça brasileira, em linha com os discursos eugênicos e higienistas da época.

A institucionalização da lua de mel também exemplifica essa intervenção no âmbito privado, conferindo à sexualidade conjugal um caráter ritualizado e "legítimo", sob a égide do Estado e da Igreja. Essa prática reforçava a ideia de que a sexualidade só poderia ser exercida dentro dos parâmetros do casamento monogâmico e heteronormativo, promovendo o romance e o amor conjugal como elementos centrais de uma vida sexual "saudável" e "moralmente aceitável".

Outro aspecto dessas políticas foi a introdução da educação sexual voltada para noivos, um dispositivo que visava instruir casais sobre os "deveres" conjugais, sempre pautados por uma visão tradicional e conservadora da sexualidade. A mulher, especialmente a mulher branca, cisgênero, heteronormativa e de elite, era colocada no centro desse projeto, simbolizando o ideal de maternidade e pureza que o governo Vargas desejava para consolidar seu projeto higienista e de construção nacional.

A sexualidade era reduzida a uma função reprodutiva dentro do casamento, e qualquer desvio desse modelo normativo era visto como uma ameaça à moral e aos valores da sociedade brasileira. Conforme afirma Mary Del Priore (2017), "o bordão era: 'a vida sexual normal' como sinônimo de 'amor, união, paternidade, maternidade e família.'" (p. 126). Isso revela como a construção do dispositivo da sexualidade durante esse período se baseava em uma rígida normatividade, que buscava eliminar quaisquer práticas que não se alinhassem aos ideais de reprodução, família e ordem social, reforçando o papel submisso e reprodutivo da mulher nesse cenário.

IMAGEM 1: Propaganda do Governo Vargas

O QUILOMBISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESASSUJEIÇÃO AO ENLACE ENTRE OS DISPOSITIVOS DE RACIALIDADE E SEXUALIDADE NO BRASIL



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

As propagandas estadonovistas retratavam uma família idealizada e extremamente feliz, com todos os seus membros perfeitamente ajustados às funções sociais e familiares esperadas pelo regime. Contudo, o discurso propagado vai além das imagens superficiais exibidas. O governo Vargas utilizava essas representações para moldar um ideal de Brasil: uma nação branca, em que a esposa aparecia como uma figura vulnerável e submissa, destinada a ser dona de casa; o filho, casto e disciplinado, e todos subordinados à figura patriarcal do “grande pai”, que era a personificação do Estado. Essa representação imagética não era apenas um retrato da família, mas a materialização de um dos pilares fundamentais do biopoder brasileiro.

O governo varguista (Del Priore, 2017), por meio de suas políticas, atuava em conjunto com médicos, psicólogos, pedagogos e padres, numa espécie de coalizão para a “higiene social”. Essas figuras tinham o complexo papel de normatizar a vida conjugal e familiar, excluindo práticas que consideravam “perversas” e, ao mesmo tempo, marginalizando e condenando à morte social e física os considerados anormais. Essa exclusão não se limitava a práticas sexuais ou comportamentais desviantes entre casais heteronormativos brancos, mas era especialmente severa em relação à população negra e pobre.

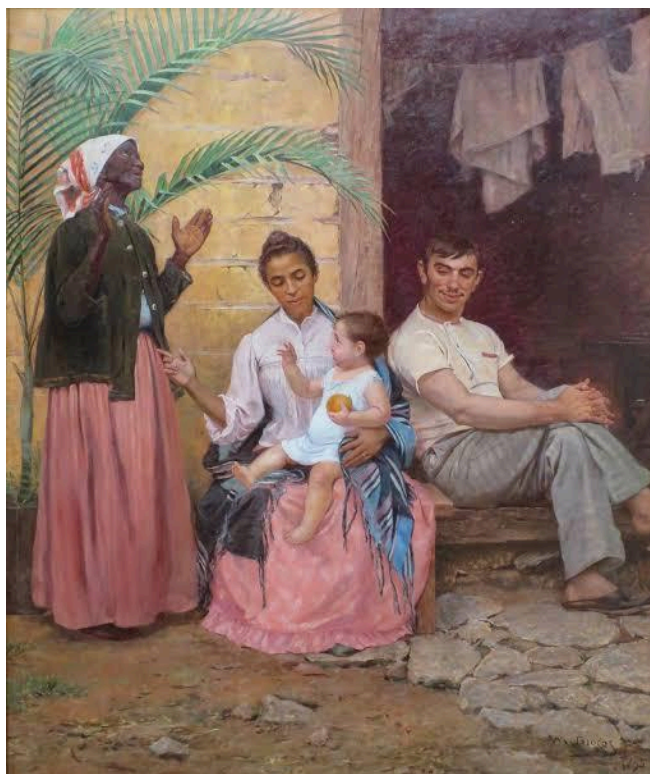
A articulação do biopoder é uma das marcas do dispositivo da sexualidade-racialidade brasileira, uma estrutura que segue a mesma lógica de controle e regulação, mas que age de forma ainda mais violenta sobre corpos negros. O racismo, nesse

contexto, era um elemento essencial na formulação do biopoder. Ele possibilitava uma permissão para transformar a suposta "unicidade" da sociedade brasileira em diferenças irreconciliáveis, através de um processo de segregação racial, ou racialização. Essa racialização se configura como uma tecnologia de poder inerente ao Estado, que define quem "deve viver e quem deve morrer", evidenciando o racismo como uma ferramenta de governabilidade (Carneiro, 2023).

Esse processo se torna mais evidente quando analisamos o período anterior à Revolução de 1930, especialmente a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, quando uma série de intelectuais brasileiros começaram a questionar a viabilidade e o futuro da nação. Entre eles, destacam-se figuras como Nina Rodrigues, um dos grandes expoentes do higienismo à moda brasileira, cujos estudos racistas focavam nas patologias físicas e sociais atribuídas às camadas pobres da população. Inspirado por teorias europeias de criminologia e psicologia, como as de Cesare Lombroso e Wilhelm Wundt, Rodrigues chegou à conclusão de que a miscigenação era a causa principal do "atraso" do Brasil. Segundo ele, as misturas raciais geravam doenças e comportamentos criminosos, criando uma associação perversa entre a diversidade racial e a degeneração social.

A obra "A Redenção de Cam" (1895), do pintor Modesto Brocos, é uma representação visual clara dessa ideologia higienista. Na pintura, vemos um esforço narrativo e simbólico para retratar o branqueamento da população brasileira como uma forma de "redenção", de progresso racial e civilizacional. A imagem sugere que a miscigenação poderia, eventualmente, levar ao desaparecimento das características raciais negras, idealizando um futuro em que a população fosse gradualmente "melhorada" por meio do embranquecimento. Essa visão, que se enraizou nas políticas sociais e raciais das primeiras décadas do século XX, reforçava a exclusão sistemática de corpos negros e miscigenados, considerados indesejáveis em um projeto de nação que aspirava à branquitude como sinônimo de modernidade e civilização (Carneiro, 2020).

IMAGEM 2: A Redenção de Cam



Fonte: Enciclopédia Digital ITAÚ (2021)

A obra "A Redenção de Cam", de Modesto Brocos y Gómez, é um exemplo material do entrelaçamento entre os dispositivos de racialidade e sexualidade no Brasil do início do século XX. A pintura retrata uma avó negra que, em um gesto de gratidão a Deus, celebra o nascimento de um neto branco, fruto da união heterossexual entre sua filha mestiça e um homem branco. Este cenário articula um discurso racial higienista que reforça o casamento cis-heteronormativo como mecanismo de embranquecimento e "purificação" racial. Esse processo, contudo, vai além da mera biologia racial, pois também reflete um controle biopolítico sobre a sexualidade, regulando não só os corpos, mas também os prazeres, os afetos e as culturas que não se encaixam na normatividade branca e ocidental.

O casamento, nesse contexto, não é apenas uma instituição social; é um dispositivo biopolítico que, além de controlar a sexualidade, visa "fazer morrer" corpos negros e indígenas, e extinguir suas culturas e modos de ser. Este "fazer morrer" não se dá apenas de forma literal, mas também simbólica e culturalmente, apagando subjetividades que não correspondem ao ideal racial e sexual imposto pelo Estado e pela sociedade.

Dentro dessa lógica biopolítica, figuras como o médico Leonídio Ribeiro, por exemplo, contribuíam para a medicalização da sexualidade, relacionando "anomalias do

instinto sexual", como a pederastia e o missexualismo, a disfunções endócrinas (PRIORE, 2017). Esse discurso patologizante servia como uma justificativa científica para excluir e marginalizar dissidências sexuais, articulando uma estrutura de poder que controlava tanto a reprodução racial quanto a conduta sexual dos indivíduos.

Ao mesmo tempo, esse panorama não pode ser analisado de forma isolada; é necessário considerar uma perspectiva interseccional que aborde raça, classe, gênero e sexualidade. A biopolítica brasileira, como apontado, se dedicava a "deixar morrer" todos aqueles que não se adequavam à norma branca, elitista, cis-heteronormativa. Nessa perspectiva, as dissidências sexuais e de gênero, como travestis e homossexuais, eram categorizadas como "anormais" ou "invertidos", configurando-se para a sociedade da época como um "terceiro sexo". Como ressalta Butler (2020, p. 121), "A estrutura binária heterossexista que cineza os gêneros em masculino e feminino impede uma descrição adequada dos tipos de convergência subversiva e imitativa que caracterizam as culturas gay e lésbica".

Os sujeitos dissidentes ocupavam, portanto, um "não lugar" – uma posição de marginalidade, ou como expressa Sueli Carneiro (2005), um estado de "não-ser", uma existência que se define a partir da norma, mas que, ao mesmo tempo, é negada por ela. Homens homossexuais, especialmente negros e aqueles que viviam longe dos grandes centros urbanos, eram forçados a se esconder, mantendo sua sexualidade em segredo, enquanto suas famílias eram controladas pela figura da "grande mãe" idealizada pelo Estado

Esse controle estendia-se para o que Michel Foucault chamaria de "governo de si". O discurso medicalizante penetrava nos próprios sujeitos, que internalizavam os valores normativos e se ajustavam ao controle estatal e religioso. O dispositivo de confissão, articulado pela Igreja Católica e seus "manuais de confessor", obrigava os indivíduos a confessarem seus "pecados da carne", tornando a sexualidade uma questão de verdade que deveria ser revelada e curada. No Brasil, essa virada discursiva foi fundamental para que o Estado e a ciência moderna substituíssem o papel da religião, utilizando-se do mesmo mecanismo da confissão para regular a vida íntima dos indivíduos e moldar seus corpos e suas subjetividades dentro de uma "verdade que cura".

Assim, o dispositivo da sexualidade e da racialidade operam de maneira interligada no Brasil, moldando subjetividades, corpos e práticas sociais dentro de um projeto higienista que privilegia a branquitude e a heteronormatividade. Ao mesmo tempo, esses dispositivos marginalizam e excluem as dissidências, reafirmando um projeto de poder que atua tanto

sobre o corpo físico quanto sobre o corpo social, definindo quem deve viver e quem deve morrer.

QUILOMBISMO COMO ALTERNATIVA DE GAGUEJO DA SUJEIÇÃO DO DISPOSITIVO DE RACIALIDADE

O Quilombismo, como idealizado por Abdias Nascimento (1980), representa uma proposta política, cultural e filosófica que subverte as lógicas hegemônicas de sujeição impostas pelo dispositivo de racialidade. Fundamentado nas práticas e valores das comunidades quilombolas, esse projeto se coloca como uma alternativa ao biopoder que normatiza e racializa os corpos, desafiando as estratégias de exclusão e violência simbólica associadas à modernidade ocidental. Ao evocar o Quilombismo como forma de resistência, Abdias Nascimento nos convida a pensar em um "gaguejo" intencional frente ao discurso unívoco e opressor do dispositivo de racialidade, o que rompe com a narrativa de homogeneização e embranquecimento que atravessa a história do Brasil.

A racialidade, no Brasil, articula-se como um mecanismo de poder que regula corpos e subjetividades, definindo quem pode ser considerado sujeito pleno e quem é relegado ao estado de "não-ser" (CARNEIRO, 2005). Michel Foucault (2008) destaca que o biopoder opera pelo controle das populações, enquanto o racismo emerge como sua tecnologia, autorizando a eliminação simbólica e material de corpos racializados. No Brasil, essa dinâmica é reforçada por práticas como o embranquecimento, visível tanto em discursos políticos como na produção imagética, exemplificada pela obra "A Redenção de Cam" (BROCOS, 1895), que celebra o branqueamento como "redenção" racial.

Sob esse dispositivo, as populações negras são subjugadas a uma lógica de desumanização que marginaliza suas culturas, espiritualidades e modos de vida. Como afirma Abdias Nascimento (1980), o racismo estrutural brasileiro desarticula a coletividade negra ao transformá-la em objeto de exploração econômica e exclusão social.

Sob o dispositivo de racialidade, as populações negras no Brasil são sistematicamente subjugadas a uma lógica de desumanização que as confina às margens da sociedade, marginalizando suas culturas, espiritualidades e modos de vida. Essa lógica não opera apenas por meio da exclusão econômica e social, mas também através de uma negação simbólica que transforma o corpo negro em objeto de vigilância, exploração e controle. Como argumenta Abdias Nascimento (1980), o racismo estrutural brasileiro desarticula a coletividade negra ao reduzir seus indivíduos à condição de "outros" no próprio espaço que habitam, negando-lhes a possibilidade de existência plena e autônoma. Essa desarticulação se dá tanto no âmbito material, pela

precarização das condições de vida, quanto no simbólico, ao invisibilizar e deslegitimar as contribuições históricas e culturais da população negra.

Nesse contexto de opressão, o Quilombismo emerge como uma resposta radical, um projeto de reconfiguração societal fundamentado em valores comunitários, solidariedade, autonomia e espiritualidade afrocentrada (NASCIMENTO, 1980). Diferentemente das estratégias de integração que frequentemente reafirmam a lógica hegemônica, o Quilombismo se inspira nas experiências históricas de resistência dos quilombos, que, durante séculos, representaram espaços de liberdade e insurgência contra a colonização e a escravidão. Nesse sentido, ele rejeita as premissas da modernidade ocidental que desumanizam o indivíduo negro, tratando-o como mero instrumento do capital ou como alvo de políticas higienistas que perpetuam o racismo institucional.

O Quilombismo propõe um retorno consciente às raízes africanas, reconhecendo a ancestralidade como fonte de força e resiliência. Celebra a diversidade cultural e as tradições herdadas das diásporas africanas como elementos fundamentais para a construção de uma nova subjetividade negra, que desafia e desestabiliza a normatividade imposta pelo dispositivo de racialidade. Para Abdias Nascimento, essa perspectiva transcende o mero resgate histórico; trata-se de uma afirmação política e existencial que desafia as narrativas hegemônicas ao valorizar as memórias longas (HALBWACHS, 1990) e os saberes menores (FOUCAULT, 2002) que foram sistematicamente silenciados.

No âmbito do discurso, o Quilombismo pode ser interpretado como uma prática de "gaguejo" no sentido deleuziano (DELEUZE, 1997). Esse gaguejo representa uma interrupção deliberada no fluxo do discurso dominante, criando rupturas que desconstróem sua aparente uniformidade. Funciona como uma ferramenta de desestabilização, ao afirmar práticas, epistemologias e modos de ser que desafiam a homogeneidade do poder branco e colonial. Assim, o Quilombismo não é apenas um ato de resistência, mas também uma proposta criativa que reimagina as bases da sociedade a partir de um ponto de vista negro e comunitário.

Ao articular essa visão, Abdias Nascimento oferece uma alternativa que vai além da rejeição da sujeição. Ele constrói um paradigma que confronta diretamente os fundamentos do biopoder racial, transformando o Quilombismo em um projeto de emancipação coletiva e autônoma. Nesse sentido, o Quilombismo não apenas subverte o dispositivo de racialidade, mas também propõe uma reconstrução radical das relações sociais, onde a pluralidade, a ancestralidade e a

solidariedade constituem os pilares para uma nova forma de convivência e de ser no mundo.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este estudo evidencia como as primeiras décadas do século XX foram cruciais para a formação de um dispositivo de sexualidade singularmente brasileiro, moldado por influências do biopoder e do racismo. O governo Vargas, em especial, intensificou a lógica de controle social sobre os corpos e a reprodução, promovendo um ideal de família nuclear heterossexual que se tornou a espinha dorsal do projeto nacional.

As políticas de Estado, que buscaram a normatização das relações sexuais por meio do casamento, não apenas refletiram um desejo de controle, mas também solidificaram um sistema de exclusão e marginalização de práticas e sujeitos que não se enquadravam nos padrões estabelecidos. A mulher, simbolicamente reduzida ao papel de mãe e guardiã do lar, foi colocada no centro desse dispositivo, que, ao mesmo tempo, a confinou a um papel limitado dentro da estrutura social.

A interseção entre as políticas sexuais e raciais revela uma dinâmica complexa onde o racismo e a higienização social atuam de forma sinérgica. O ideal de branquitude e a patologização de corpos considerados "anormais" eram fundamentais para a construção de uma sociedade que aspirava a um projeto de modernidade, frequentemente à custa da diversidade cultural e racial do Brasil.

Além disso, as representações imagéticas promovidas pelo governo Vargas, em sua propagação de um ideal de família, refletem um biopoder que não se limita a regular a sexualidade, mas que busca moldar subjetividades e comportamentos sociais. As práticas de controle, como a criminalização do casamento consanguíneo e a medicalização da sexualidade, exemplificam a intenção do Estado em estruturar uma ordem social que exclui e marginaliza aqueles que não se adequam ao ideal normativo.

A análise do dispositivo de sexualidade brasileira, interligado às políticas raciais e sociais do período, revela um quadro de opressão e controle que continua a ressoar nas estruturas sociais contemporâneas. Compreender essas interações nos permite não apenas uma leitura crítica do passado, mas também uma reflexão sobre as continuidades e descontinuidades nas práticas de governança sobre a sexualidade e a racialidade no Brasil atual.

O Quilombismo, enquanto proposta filosófica e política, nos oferece uma alternativa radical às estruturas de sujeição

O QUILOMBISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESASSUJEIÇÃO AO ENLACE ENTRE OS DISPOSITIVOS DE RACIALIDADE E SEXUALIDADE NO BRASIL

racial. Ele se insere como um dispositivo contra-hegemônico que questiona as bases do biopoder e reivindica uma nova forma de sociabilidade, baseada nos valores das comunidades negras. Como estratégia de gaguejo, ele não apenas resiste ao dispositivo de racialidade, mas também o desarticula, abrindo espaço para a pluralidade e a emancipação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto de 5 de maio de 1932. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1932, 111º da Independência e 44º da República. Getúlio Vargas; Francisco Campos. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 8818, 9 maio 1932.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo, Brasil: Jandaíra, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar: Rio de Janeiro, 2023.
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DEL PRIORE, M. *Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 2ªed. São Paulo: Planeta, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 1990.
- MILLS, Charles. *O contrato racial: edição comemorativa de 25 anos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Editora Vozes, 1980.